

Estado desiste de fazer

leilão de precatório

AGORA 7 JANEIRO 2011

GOVERNADOR ASSINOU ONTEM DECRETO QUE PREVÊ QUE METADE DA GRANA PARA OS PRECATÓRIOS PAGUE AS MENORES DÍVIDAS

O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, assinou ontem um decreto que estabelece que 50% do montante previsto para o pagamento dos precatórios do Estado em 2011 (R\$ 2,4 bilhões) continue sendo utilizado para as dívidas menores.

A PGE (Procuradoria-Geral do Estado) havia dito ao **Agora** que o governo estudava usar essa grana em leilões, quitando primeiro as dívidas dos credores que concedessem os maiores descontos.

A outra metade do dinheiro será utilizada para pagar os credores mais antigos, dando prioridade aos idosos e aos doentes graves, como obriga as novas regras do pagamento dos precatórios, em vigor desde o início do ano passado.

A assinatura do decreto pelo governador foi feita ontem, na presença do presidente da seccional paulista da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Luiz Flávio Borges D'Urso, e de diretores da entidade.

Para a OAB, a opção por pagar os precatórios menores primeiro, em vez de fazer leilões, beneficia um número maior de credores. A dívida do Estado com os precatórios é de R\$ 20 bilhões. Estima-se que cerca de 400 mil credores aguardam pagamento. Anteontem, Geraldo Alckmin havia prometido que, em até dois anos, o Estado pagaria os precatórios para 78% dos credores que estão na fila.

Desde janeiro de 2010, o dinheiro para os precatórios está sendo depositado em contas do TJ-SP (Tribunal de Justiça de São Paulo), que ficou encarregado de reorganizar as filas pelas novas regras e fazer o repasse. A maioria dos recursos, porém, está congelada, à espera da finalização do novo sistema de pagamentos. (GL)

Prefeitura convocará para acordo

A Prefeitura de São Paulo publicou ontem, no "Diário Oficial" da Cidade, uma portaria com as regras para os acordos com os credores —ao contrário do Estado, em vez de pagar primeiro os precatórios menores, a capital optou por utilizar metade dos recursos em conciliações neste ano.

Poderão fazer acordo para receber antes os doentes graves que aguardam dívidas alimentares de 2001, além dos credores que possuem precatórios não alimentares de 1996.

No final de dezembro, o prefeito Gilberto Kasab decidiu aumentar os recursos para os precatórios em 2011, após pressão da Justiça. (GL)